

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores

É com satisfação que apresentamos o quinto número da *Revista Educação Especial em Debate*, composta por oito artigos de fluxo contínuo, os quais discutem diferentes temáticas relacionadas à educação especial, desde a educação infantil até o ensino superior.

O primeiro artigo, de autoria de Gerardo Contreras Vega, aborda questões referentes à deficiência visual, acessibilidade, tecnologia Web, acesso universitário e inclusão na Universidade Veracruzana. Diante dos desafios de construir práticas de acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino superior, o texto intitulado “El proceso de Ingreso Accesible a la Universidad Veracruzana en perspectiva” aborda o processo de Ingresso Acessível nessa instituição de ensino superior, realizado entre os anos de 2015 e 2017. O empenho da Universidade na implementação de uma política de acessibilidade que vise, entre outros aspectos, a assegurar possibilidades de ingresso e permanência de estudantes com deficiência visual no espaço de formação universitária gerou uma intensificação da produção de ferramentas tecnológicas, as quais são apresentadas e analisadas no texto.

“Identificação de necessidades iniciais para formação continuada de professores da educação infantil para o público-alvo da educação especial” é um texto de autoria de Maria Madalena Moraes Sant’Anna e Eduardo José Manzini. Considerando que a formação em serviço desses profissionais deve iniciar-se a partir de necessidades reais do contexto educacional, os autores destacam a possibilidade de parcerias colaborativas entre os profissionais da área da Saúde e da Educação, sobretudo no que diz respeito ao brincar, uma prática apontada pela legislação como um dos eixos do currículo na educação infantil. Dessa forma, o texto discute resultados de um estudo realizado em colaboração com um terapeuta ocupacional, o qual se fundamentou no Método Pesquisa Desenvolvimento, permitindo identificar as necessidades e dificuldades dos professores em relação à brincadeira de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil. Como implicações do estudo para a Formação Continuada em Serviço, os autores ressaltam que essa formação deve ser realizada progressivamente, por meio de ações colaborativas do terapeuta ocupacional e demais profissionais da saúde, tendo como

ponto de partida as demandas dos professores e a identificação das necessidades das crianças em foco.

Fernando Lionel Quiroga é autor do artigo intitulado “A antropologia do não-lugar e a escolarização em ambiente hospitalar”, que trata da articulação entre a vida e a experiência da continuidade escolar em adolescentes durante a fase de tratamento por motivo de doença de origem neoplásica. A partir de entrevistas realizadas com estudantes adolescentes e professores que atuam em espaços educativos no hospital, o texto busca compreender os sentidos decorrentes desta fase da vida em relação à escolarização e sua relação com os efeitos do tratamento e o contato com os saberes escolares. A multiplicidade de interpretação desses sentidos, à luz do pensamento das sociedades contemporâneas, é o que se destaca nas análises do autor, ao mesmo tempo em que ressalta a potencialidade da experiência da escola móvel nos sentidos produzidos sobre a vida, a doença e o futuro dos adolescentes entrevistados.

Em “Epistemologias em jogo na educação especial”, André Luís de Souza Lima e Carla Karnoppi Vasques apresentam um ensaio filosófico, que discute os fundamentos e a finalidade da educação especial a partir de temas epistemológicos, enfocando o debate sobre uma perspectiva teórica, diante da linguagem ordinária e do conhecimento de senso comum. As narrativas de professoras e professores de atendimento educacional especializado em processo de formação, sobre seu cotidiano na escola, são tomadas como referência para a reflexão. No transcorrer da discussão, destacam-se possibilidades de emergência de modos diferenciados de conceber o conhecimento e a própria prática pedagógica, anunciando perspectivas epistemológicas – e também éticas e políticas – distintas.

A inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo na educação infantil tem demandado dos profissionais dessa etapa da educação básica reflexões sobre concepções teóricas e práticas acerca do ingresso, permanência e aprendizagem desses sujeitos na escola. No artigo intitulado “Inclusão escolar de educandos com transtorno do espectro do autismo na educação infantil do município de Lages – SC”, Rosymeri Bittencourt dos Reis e Lurdes Caron problematizam a maneira como centros de educação infantil do município têm compreendido a inclusão dessas crianças e enfocam, mais especificamente, as concepções de professoras de apoio à inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo. O estudo constata que as professoras trabalham em uma perspectiva inclusiva, concebem a educação inclusiva como oportunidades a todas

as crianças com o transtorno, porém a demanda por formação continuada é um aspecto fundamental para a prática educativa inclusiva.

Como tem ocorrido o trabalho de Núcleos de Acessibilidade nas universidades públicas federais? Esta é a questão que perpassa a discussão realizada no texto “Uma análise do perfil dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades Públicas Federais da Região Centro-Oeste”, de autoria de Vanessa Helena Santana Dalla Dea, Ana Flavia Teodoro de Mendonça Oliveira e Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. Por meio de um questionário eletrônico, os autores obtiveram dados que permitiram abordar condições de trabalho, recursos humanos e materiais, e acessibilidade em instituições da Região Centro-Oeste do país. Assim, ao mesmo tempo em que se destaca a alta qualificação dos coordenadores desses núcleos, há uma escassez de investimentos e políticas públicas para aperfeiçoamento dos recursos humanos e das condições de acessibilidade nessas instituições de ensino superior.

Este número da Revista traz mais um artigo que enfoca questões referentes à educação escolar de estudantes com deficiência visual, e também no ensino superior: “Vivências formativas e a escolha pelo Curso de Pedagogia: apontamentos de um estudo de caso de uma pessoa cega”, de autoria de Sabrina Fernandes de Castro e Andiará Dewes. A trajetória anterior ao ingresso em um curso de Pedagogia é colocada em pauta por meio da narrativa de uma pessoa cega, de maneira a compreender o que motivou a escolha pelo curso. Nessa narrativa, evidencia-se a limitação dos documentos legais que orientem a inclusão, de maneira a se efetivar em ações potentes para o processo inclusivo na escola básica e, ao mesmo tempo, a consideração dessas limitações nas escolhas em relação ao curso superior. O anseio de suprir as demandas que emergiram na trajetória escolar gerou o interesse pelo curso de Pedagogia, visto como uma possibilidade de trabalhar com o processo educativo no âmbito escolar de indivíduos com as mesmas especificidades.

No artigo “A criança público-alvo da educação especial na educação infantil: possibilidades de constituição subjetiva”, Ivone Martins de Oliveira, Sonia Lopes Victor e Dayane Bollis Rabelo analisam as contribuições de documentos oficiais e estudos realizados nas áreas da educação infantil e educação especial para a compreensão da constituição subjetiva de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e para uma prática educativa que considere esse aspecto do desenvolvimento. Do processo de análise, as autoras ressaltam que os documentos oficiais e textos produzidos para um curso de formação de professores de educação especial não trazem contribuições relevantes para a discussão sobre a

constituição subjetiva dessa criança, nem para uma prática educativa que contemple suas especificidades na educação infantil. Um resultado diferente é encontrado em estudos de caráter teórico e conceitual e relatos de pesquisa, os quais trazem possibilidades interessantes para ampliar a discussão.

Esperamos que essa introdução aos artigos da *Revista Educação Especial em Debate* se constitua em um convite a uma leitura frutífera dos textos selecionados para esse número.

Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado